

EXCELENTÍSSIMO SENHOR SENADOR RAIMUNDO LYRA, DIGNÍSSIMO
PRESIDENTE DA COLENDA COMISSÃO DE IMPEACHMENT NO SENADO
FEDERAL.

Recebido na COCETI em 27 / 5 / 2016, às 14h18

Sc
Eduardo Bruno do Lago de Sá
Matrícula: 228210

REC

000019

HÉLIO PEREIRA BICUDO e JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL, autores, ao lado de **MIGUEL REALE JÚNIOR**, da denúncia ofertada em face da Presidente afastada, Sra. **DILMA VANA ROUSSEFF**, respeitosamente, perante V. Exa., vêm consignar e requerer o quanto segue.

A exordial ofertada em face da Presidente afastada mostra, de maneira bastante clara, que a denunciada, ao deixar de responsabilizar seus subordinados, ao tomar empréstimos de instituição financeira pública, sem contabilizar, e ao abrir crédito suplementar sem a autorização do Congresso Nacional, praticou crimes de responsabilidade, ferindo, claramente, os artigos 85, incisos V e VI, e 167 da Constituição Federal, os artigos 4, 9, 10 e 11 da Lei 1.079/50, bem como os artigos 9º, 36 e 38 da Lei Complementar 101/2000.

Já no momento da apresentação da denúncia, os peticionários anexaram farta documentação, a evidenciar a prática de referidos crimes, arrolando testemunhas, nos termos da legislação vigente, e solicitando a expedição de ofícios a diversos órgãos.

Perante a Comissão presidida por Vossa Excelência, especialistas foram ouvidos, confirmado os termos da denúncia, não sendo possível descartar o fato de o Governo Interino já ter constatado déficit bilionário, muito superior ao anunciado pela denunciada, antes de seu afastamento.

Pois bem, haja vista as fases já atravessadas pelo feito, tem a presente o fim de insistir na oitiva de algumas testemunhas arroladas e substituir outras. Mediante este petitório objetiva-se também especificar os ofícios a serem expedidos, juntando-se, igualmente, a documentação que segue.

M. Q.

No que tange às testemunhas, insiste-se na oitiva do Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, Dr. **Júlio Marcelo de Oliveira**, bem como do Auditor Fiscal **Antônio Carlos Costa D' Ávila Carvalho**; em substituição às outras testemunhas indicadas na exordial, arrolam-se os Professores **José Roberto Afonso, José Maurício Conti e Lucieni Pereira da Silva**, que também é Presidente da Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil.

No que concerne aos ofícios cuja expedição fora pleiteada, insiste-se nos seguintes: 1) Que seja oficiado o Banco do Brasil, para que informe quais foram os vinte maiores beneficiários do Plano Safra, nos anos de 2014 e 2015, discriminando os montantes recebidos por cada um deles; 2) Que seja oficiado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, para que informe quais foram os vinte maiores beneficiários do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), nos anos de 2014 e 2015, discriminando os montantes recebidos por cada um deles; 3) Que seja oficiado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, para que confirme ter a Petrobrás sido beneficiária do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), discriminando os valores por tal empresa recebidos; 4) Que seja oficiado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, para que informe os montantes enviados, sigilosamente, para Angola, Cuba e Venezuela, especificando a que título esses montantes foram encaminhados ao exterior. No mesmo ofício, deve-se indagar à instituição financeira qual a perspectiva de o Brasil receber esses montantes de tais países, bem como se outros países foram beneficiados por empréstimos sigilosos; 5) Que seja oficiada a Caixa Econômica Federal, para que apresente cópia integral das ações movidas em face do Tesouro Nacional, objetivando o pagamento dos valores antecipados pela própria instituição, concernentes aos programas do Governo Federal; 6) Que o Tesouro Federal seja oficiado, para apontar qual, afinal, é o valor do Déficit causado pela irresponsabilidade da denunciada; 7) Que o Tesouro Nacional seja oficiado para apresentar gráficos evidenciando as diferenças entre as chamadas pedaladas praticadas nos Governos Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff, precisando números de operações e valores.

Acerca dos ofícios acima, consigna-se que os crimes se mostram consumados, independentemente da resposta a eles; entretanto, o envio se faz necessário, com o fim de espantar, de vez, o estéril argumento de que a Lei de Responsabilidade Fiscal teria

restado lesada para favorecer a população carente, bem como para evidenciar as graves consequências dos crimes de responsabilidade perpetrados pela denunciada, consequências estas que devem refletir na pena.

Com a presente, anexa-se matéria publicada pelo Jornal *A Folha de São Paulo*, no dia 03 (três) de janeiro de 2016, evidenciando que o Programa PSI beneficiou, em regra, grandes empresas, tendo a Petrobrás sido uma das principais favorecidas. A corroborar, cita-se estudo publicado na Revista número 44, do próprio BNDES, em dezembro de 2015, páginas 89/122. Anexa-se, ainda, matéria veiculada pela *Revista Época*, ilustrando, graficamente, a gritante diferença entre as chamadas pedaladas nos governos da denunciada e de seus antecessores, frisando-se que, no caso dos autos, não houve contabilização dos empréstimos vedados, caracterizando fraude.

Requer-se que as testemunhas nesta arroladas sejam devidamente notificadas nos endereços, abaixo indicados.

Os denunciantes se resguardam o direito de apresentar novos documentos que guardem relação com os fatos narrados na exordial, solicitando, desde logo, que a subscritora da presente, Janaina Conceição Paschoal, regularmente inscrita na OAB/SP, sob o número 146.103, seja notificada de todos os atos processuais, para que possa acompanhá-los e deles participar, inclusive inquirindo as testemunhas arroladas pelas duas partes. Haja vista a necessidade de deslocamento de São Paulo para Brasília, pede-se que tal notificação ocorra com 48 horas de antecedência.

Nesses termos,

Pedem deferimento.

São Paulo, 24 de maio de 2016.



Hélio Pereira Bicudo



Janaina Conceição Paschoal

Rol de testemunhas:

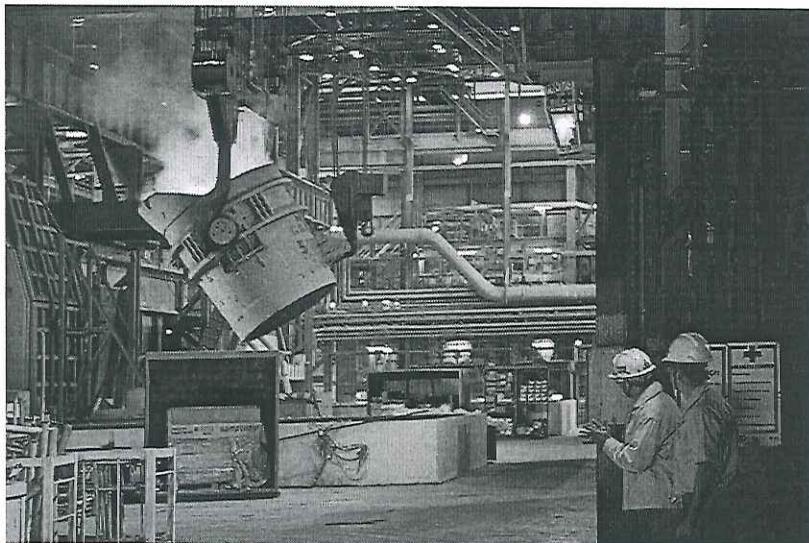
- 1) **Representante do Ministério P**úblico junto ao Tribunal de Contas da União,
Dr. Júlio **M**arcelo **d**e **O**liveira - Setor de Administração Federal Sul- SAFS
Quadra 4, Lote 1, Anexo III, Sala 355, CEP 70042-900, Brasília-DF.
- 2) **Auditor F**iscal da Receita Federal e Auditor de Controle Externo do Tribunal de
Contas da União, **Dr. A**ntônio **C**arlos **C**osta **D**' **Á**vila **C**arvalho - Setor de
Administração Federal Sul- SAFS Quadra 4, Lote 1, Anexo III, Sala 355, CEP
70042-900, Brasília-DF.
- 3) **Professor J**osé **R**oberto **A**fonso - Praia de Botafogo, 28, apartamento
501, Botafogo, 22250-040, Rio de Janeiro.
- 4) **Professor J**osé **M**aurício **C**onti – Departamento de Direito Econômico
e Financeiro da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo,
Largo São Francisco, 95, Centro, CEP 01005-010, São Paulo-SP.
- 5) **Professora L**ucieni **P**ereira **d**a **S**ilva - Setor de Administração Federal Sul-
SAFS Quadra 4, Lote 1, Anexo III, Sala 355, CEP 70042-900, Brasília-DF.



FOLHA DE S.PAULO

Governo acaba com 'Bolsa Empresário' e fica com dívida de R\$ 214 bilhões

Antônio Gaudério/Folhapress



Indústria da CSN onde é feita a transformação de ferro líquido em aço líquido, em Volta Redonda (RJ)

DIMMI AMORA
DE BRASÍLIA

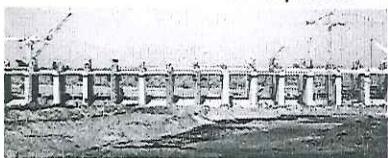
03/01/2016 02h00

Depois de despejar R\$ 362 bilhões até 2014 em empréstimos subsidiados do BNDES para a compra de máquinas e equipamentos, o governo encerrou o PSI (Programa de Sustentação de Investimentos) no final do ano passado com uma conta para pagar de pelo menos R\$ 214 bilhões.

A maior parte desse valor (R\$ 184 bilhões) entrará na contabilidade da União como dívida pública.

BNDES

Governo acaba com 'Bolsa Empresário'



[Governo acaba com 'Bolsa Empresário' e fica com dívida de R\\$ 214 bilhões](#)

[País subsidiou 43% dos equipamentos da hidrelétrica de Belo Monte](#)

[Subsídio do BNDES impulsionou setor de energia eólica e aérea Azul](#)

[Empresas dizem que crédito do BNDES propiciou mais investimento](#)

O restante (R\$ 30 bilhões) terá de ser coberto pelo Tesouro até 2041 para compensar a diferença entre os juros pagos pelo BNDES à União na captação dos recursos (mais elevados) e as taxas cobradas dos tomadores dos empréstimos (abaixo da inflação).

Conhecido ironicamente como "Bolsa Empresário", o PSI não ofereceu à economia um estímulo à altura dos desembolsos realizados desde 2009, quando o programa foi criado para ajudar a tirar o país da crise global.

Os benefícios foram pontuais em alguns setores e maiores para grandes empresas, que normalmente têm acesso a outras fontes de financiamento.

[Empréstimos do BNDES](#)

Por meio da Lei de Acesso à Informação, a Folha obteve as planilhas de quase 1 milhão de empréstimos do PSI, que liberou R\$ 362,3 bilhões, entre 2009 e 2014, cobrando juros abaixo da inflação. Os dados de 2015 ainda não foram fechados.

A análise deste material revelou que 1% dos 315 mil beneficiados concentrou 56% dos empréstimos, cerca de R\$ 203 bilhões. Desse grupo só fizeram parte grandes empresas e até empresários.

[Empréstimos subsidiados do BNDES - Em R\\$ bilhões](#)

Um universo ainda mais restrito desse grupo, com as 31 maiores empresas, ficou com R\$ 54 bilhões. Para eles, os juros foram ainda mais baixos e os prazos para pagar mais elásticos.

[Tipos de empréstimo - Em %*](#)

A campeã individual de crédito foi a Petrobras, maior empresa do país, que pegou quase R\$ 4 bilhões. No momento em que a estatal foi forçada pelo governo a manter o preço da gasolina abaixo do valor real, a companhia tomou R\$ 1 bilhão com juros de 3% ao ano para pagar em 10 anos, começando só após o segundo ano (carência).

Uma centena de grandes empresários, a maioria do agronegócio, também recorreu ao PSI. Entre eles está Eraldo Maggi. Conhecido como o "rei da soja", ele conseguiu R\$ 297,6 milhões. A ex-prefeita de Campos de Júlio (MT), Cláudia Masutti também está na lista. Ela perdeu o cargo recentemente por distribuir churrasco a eleitores.



CONTROVÉRSIA

Economistas divergem sobre a política de juros subsidiados. Uns a defendem como forma de estimular a indústria e o crescimento nacional. Outros afirmam que ela agrava as contas públicas.

A análise dos dados macroeconômicos mostrou que o aumento dos empréstimos do PSI não significou um crescimento proporcional de benefícios para a economia.

Existe pouca relação entre os recursos liberados pelo programa e a geração de emprego, renda e até o investimento dos tomadores.

"O subsídio infla artificialmente o retorno de um investimento. Se ele for suficientemente alto, qualquer projeto de investimento torna-se viável. Mesmo aqueles que não deveriam ser financiados", diz Vinícius Carrasco, economista da PUC-RJ.

Para as empresas, o PSI permitiu antecipar investimentos. O ex-ministro da Fazenda Guido Mantega chegou a defender o programa no Congresso. Disse que, sem ele, a recessão atual seria mais grave.

Já para Carlos Oberto da Costa, fazendeiro de Unaí (MG), que tomou R\$ 26 milhões no BNDES, ninguém precisa de subsídio. "A gente precisa é de juro adequado."

Os cinco grupos que mais receberam empréstimos - Em R\$ bilhões

DÍVIDA

O governo nunca teve dinheiro para financiar o PSI. Para levantar os recursos, vendeu títulos públicos na praça pagando até 14,5% (Selic). Esse dinheiro foi repassado ao BNDES a uma taxa que variou entre 5% e 7% (TJLP). Só essa diferença de juros deu R\$ 184 bilhões de desvantagem, no final de 2014.

Mas o governo decidiu que, em vez de pagarem pelo menos o mesmo que o BNDES, as empresas tomadoras de empréstimos teriam juros de até 2,5%. O Tesouro teria então de cobrir essa diferença, fazendo a "equalização".

Por praticamente quatro anos, no entanto, o governo ficou sem pagar a equalização ao BNDES, um atraso conhecido como "pedalada". Só no final de 2015, quitou cerca de R\$ 30 bilhões.

Restam ainda outros R\$ 30 bilhões a serem pagos até 2041. O valor pode aumentar, dependendo dos juros até lá.

As cinco pessoas que mais receberam empréstimos - Em R\$ milhões

Endereço da página:

<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/01/1724641-governo-acaba-com-bolsa-empresario-e-fica-com-dívida-de-r-214-bilhões.shtml>

Links no texto:

Governo acaba com 'Bolsa Empresário' e fica com dívida de R\$ 214 bilhões
<http://folha.com/no1724641>

Pais subsidiou 43% dos equipamentos da hidrelétrica de Belo Monte
<http://folha.com/no1725268>

Subsídio do BNDES impulsionou setor de energia eólica e aérea Azul
<http://folha.com/no1725269>

Empresas dizem que crédito do BNDES propiciou mais investimento
<http://folha.com/no1725270>

Empréstimos subsidiados do BNDES - Em R\$ bilhões
<http://arte.folha.uol.com.br/graficos/7F2ZN/?w=620&h=455>

Tipos de empréstimo - Em %*
<http://arte.folha.uol.com.br/graficos/R7ZOA/?w=620&h=455>

<http://foto.grafia.folha.uol.com.br/galerias/37042-veja-a-cronologia-do-inferno-astral-da-petrobras#foto-549311>

Os cinco grupos que mais receberam empréstimos - Em R\$ bilhões
<http://arte.folha.uol.com.br/graficos/nYERr/?w=620&h=455>

As cinco pessoas que mais receberam empréstimos - Em R\$ milhões
<http://arte.folha.uol.com.br/graficos/Ph618/?w=620&h=455>

Copyright Folha de S. Paulo. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita da Folha de S. Paulo.



Assine Época

Tempo Ideias Vida Colunas Canais
Busca

Enviar



TEMPO

Como Dilma fraudou as contas públicas

O eufemismo “pedaladas” não dá a real dimensão do que ocorreu. Por isso os acusadores da presidente falam em “fraude”

MARCOS CORONATO COM MARCELO MOURA

13/05/2016 - 20h48 - Atualizado 13/05/2016 21h02

Compartilhar (24876) (1)

Assine já!

Ao se afastar da Presidência da República, na quinta-feira, Dilma Rousseff repetiu a lógica de sua defesa, que foi apresentada e rejeitada na Câmara e no Senado. “Atos idênticos foram executados pelos presidentes que me antecederam. Não era crime na época deles e também não é crime agora”, disse Dilma, referindo-se ao uso forçado de dinheiro de instituições federais para melhorar momentaneamente as contas do governo (*leia no quadro abaixo*). O recurso é o motivo oficial do afastamento da presidente.

Apelidou-se o artifício de “pedalada”. É um apelido leve para uma falta grave. Marcos Lisboa, que foi secretário de Política Econômica no governo Lula, prefere “maquiagem de contas públicas”. O procurador Júlio Marcelo Oliveira, representante do Ministério Público Federal no Tribunal de Contas da União (TCU), usa “fraude fiscal” para descrever o ocorrido.

O fato é que uma **manobra contábil** que deveria ocorrer esporadicamente foi usada por Dilma de modo recorrente – um sinal de descaso para com as contas públicas. Pode-se discutir se o abuso é motivo para impeachment. Mas ele não ocorreu sozinho. Corrupção, inépcia econômica, falta de apoio político e popular fizeram o governo apodrecer. A acusação de fraude fiscal foi apenas o último golpe a fazê-lo tombar.

» Temer fala a ÉPOCA: “Quero botar o país nos trilhos”

» Cortes de ministérios feitos por Michel Temer deverão ter impacto reduzido na economia

O USO DA “PEDALADA”

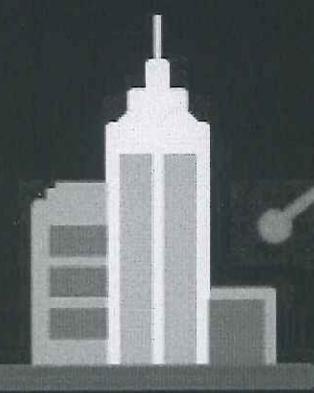
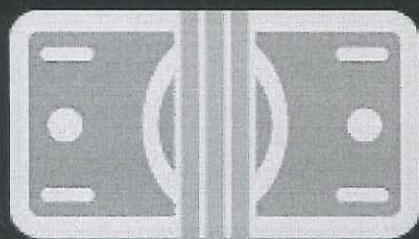
O recurso foi empregado várias vezes pelo Poder Executivo antes da gestão Dilma

Um fluxo normal de repasse de dinheiro público não gera dívida entre o Tesouro e a instituição (como INSS e Caixa) que lida com o destinatário final

Quando o Tesouro atrasa o repasse, torna-se devedor da instituição federal. É desejável que o Tesouro acerte as contas rapidamente



SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL



INSTITUIÇÃO FEDERAL



SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

Tesouro Nacional
torna-se devedor da
instituição federal



INSTITUIÇÃO FEDERAL



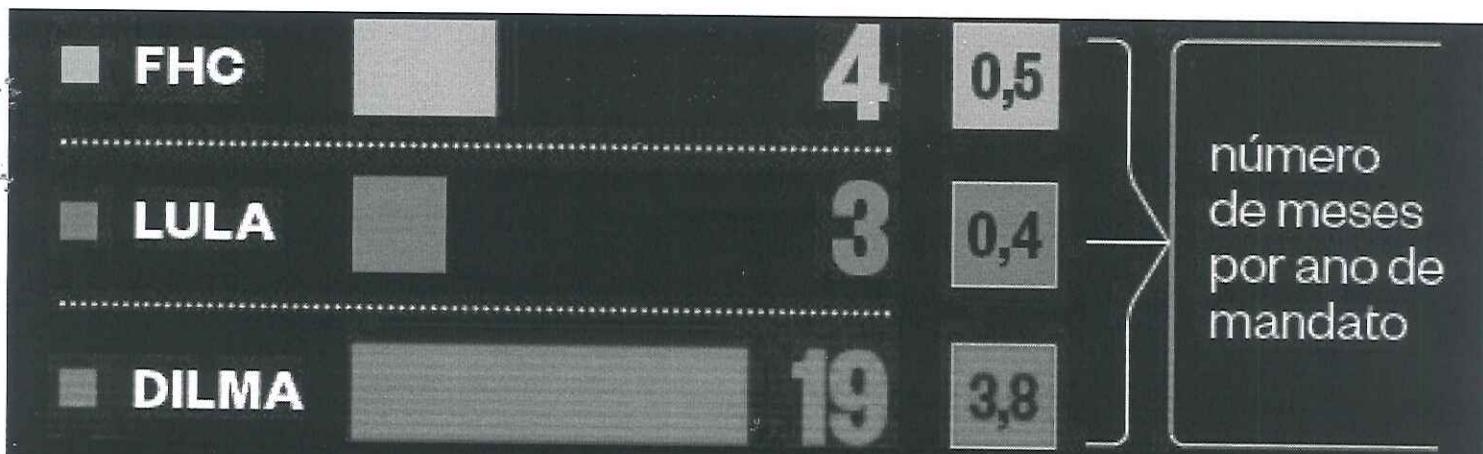


O ABUSO DE UM RECURSO QUESTIONÁVEL

Dilma afirma ter usado as “pedaladas” do mesmo jeito que seus antecessores. Mas...

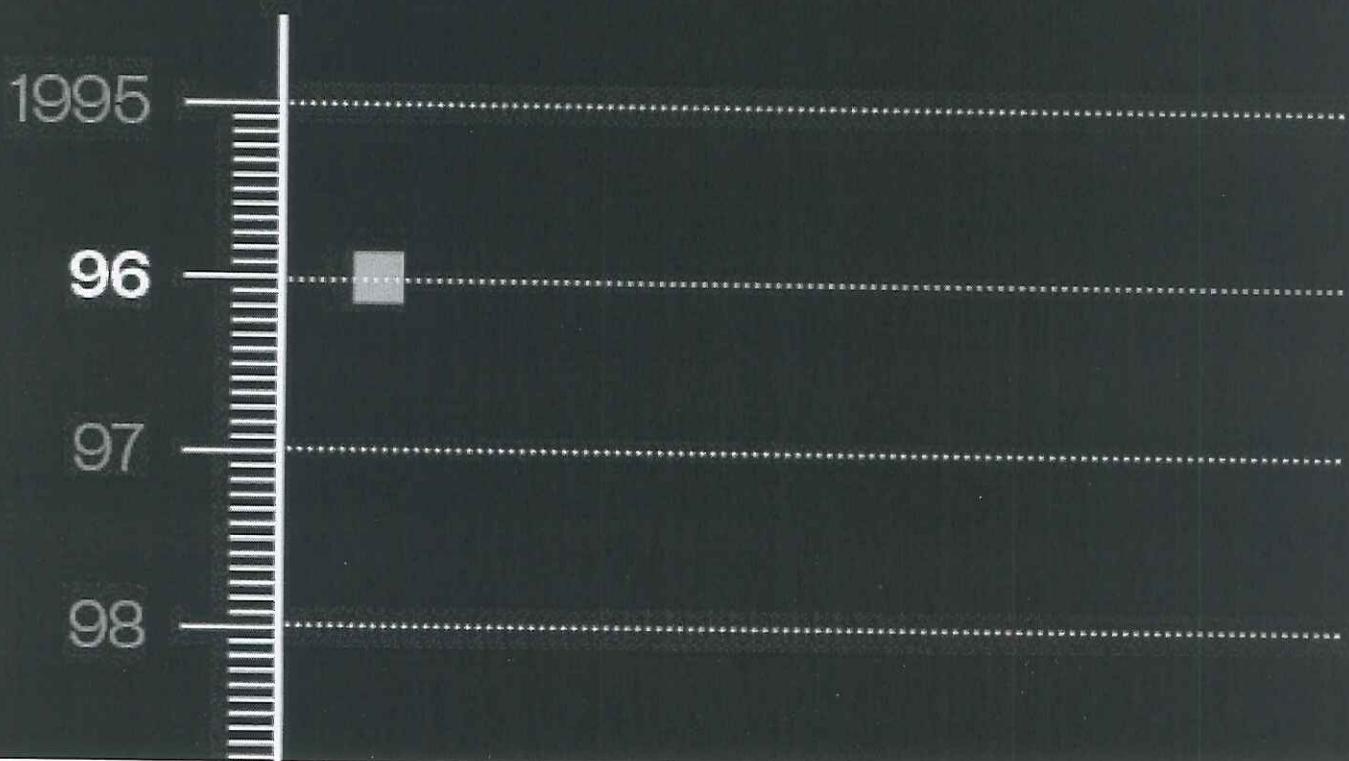
...DILMA AS EMPREGOU MUITO MAIS VEZES...

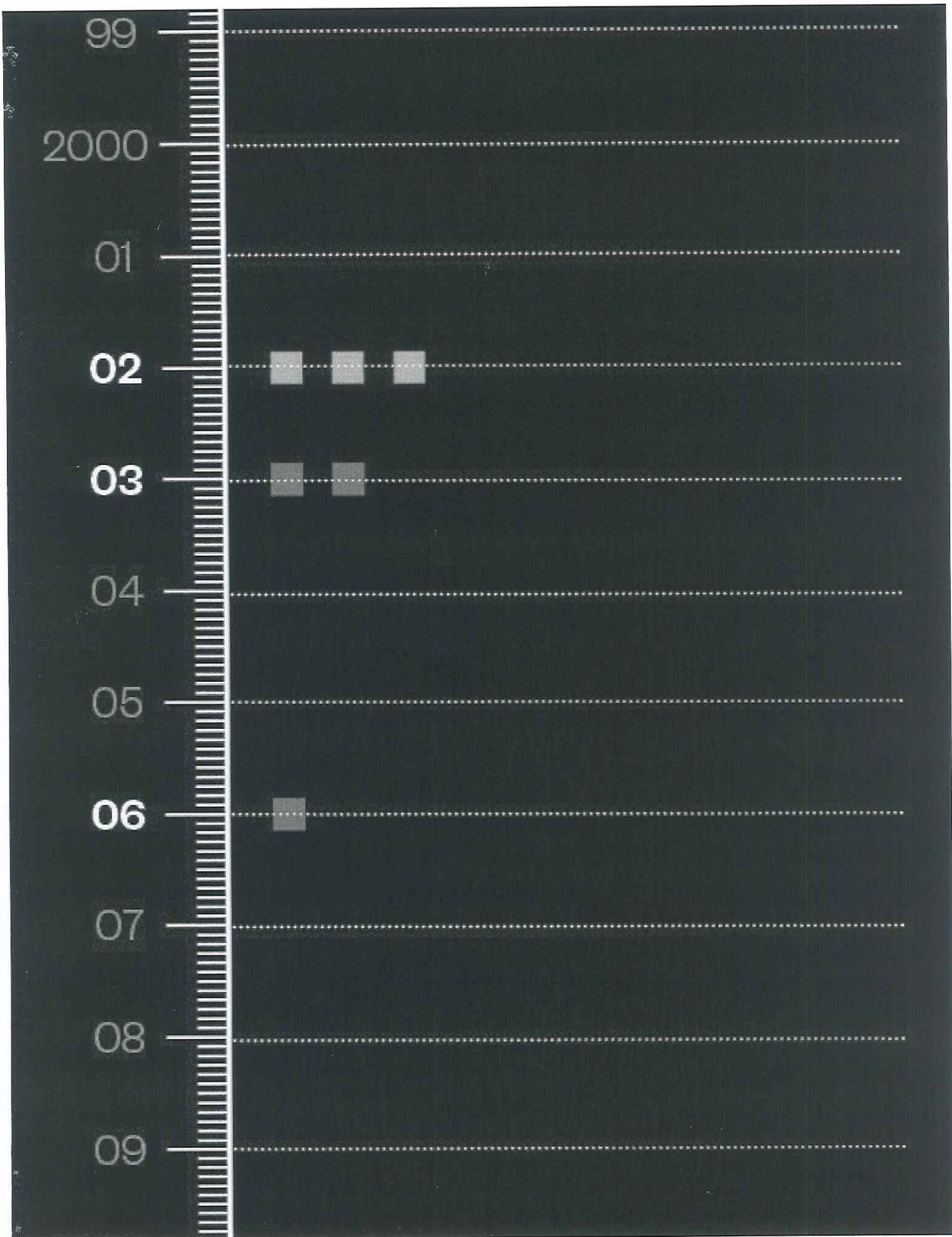
Número de meses

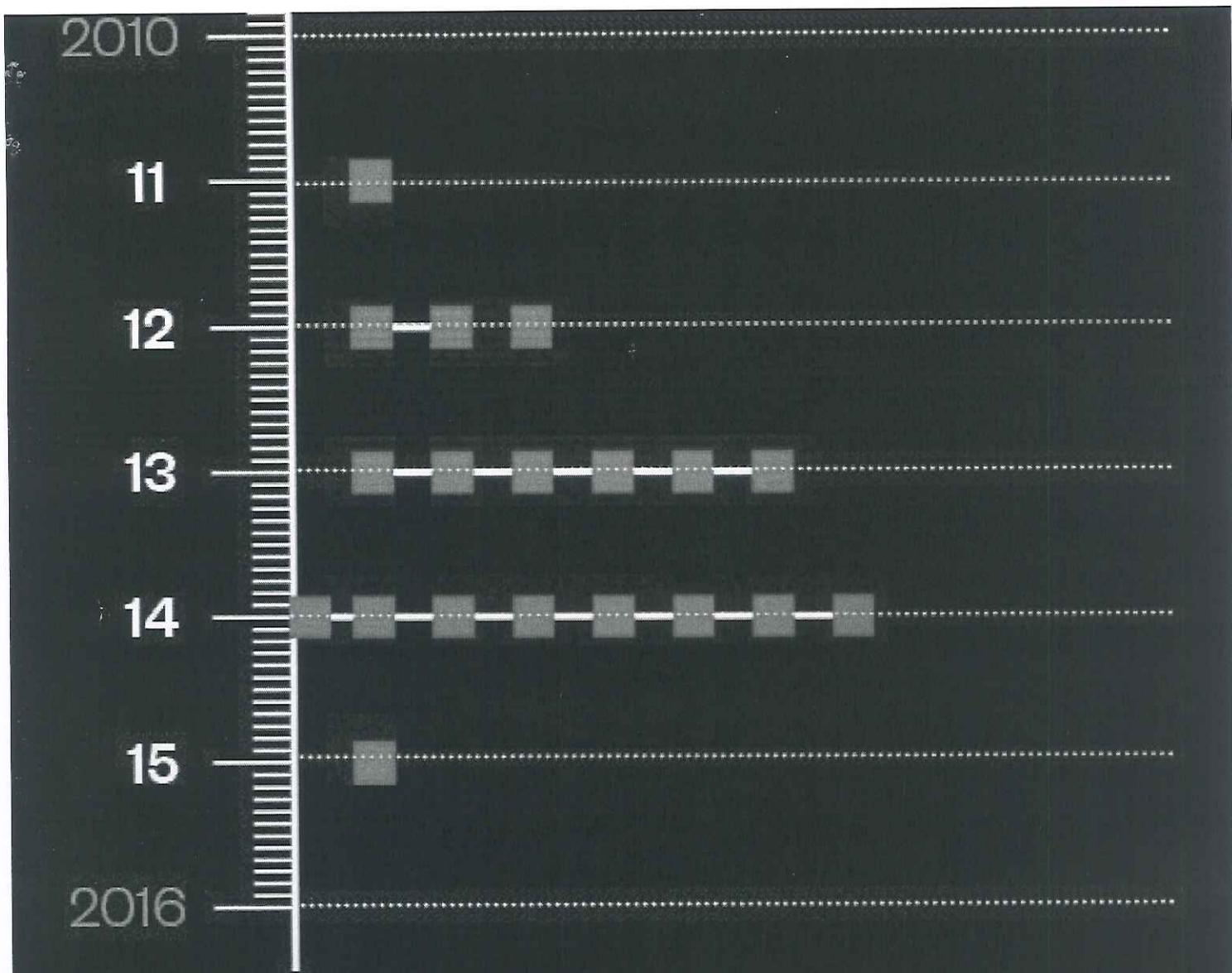


...POR MAIS TEMPO...

Meses consecutivos em que o recurso foi usado







...COM MAIOR INTENSIDADE...

Maior dívida contraída num único mês Em R\$

■ FHC | JUN / 2002

■ 245 mi

■ LULA | SET / 2003

■ 381,5 mi

DILMA | JUL / 2014**5,6 bi****...E EM ESCALA MUITO MAIOR****Soma das dívidas mensais em R\$****■ FHC | 433 mi****■ LULA | 500 mi****■ DILMA | 33 bi**

FORÇA NO PEDAL

Em cinco anos, o governo Dilma pedalou 19 vezes, num valor total de R\$ 33 bilhões - cerca de 35 vezes maior do que o valor das oito pedaladas dos governos Itamar, FHC e Lula somadas

2011 | nov.

A Caixa recebe menos do que pagou em seguro-desemprego. A primeira pedalada de Dilma é um evento isolado

2012 | set. - dez.

Dilma pedala em setembro, novembro e dezembro. O valor “pendurado” (R\$ 213 milhões, em dezembro) não destoa de FHC e Lula

2013 | jul. - dez.

A Caixa recorre para receber por seis meses seguidos de pedaladas. O governo apela ao Refis para atingir a meta de superavit. Um relatório oficial diz que o caixa do Tesouro corre riscos

2014

No ano eleitoral, o governo gasta mais do que paga à Caixa em oito meses. O Banco Central pede explicações. Decretos determinam repasse de dinheiro do Tesouro ao BNDES

2015 | mar.

Único mês de pedaladas na Caixa no semestre. Aumentam as pedaladas em outras linhas ligadas ao governo, como o Plano

2015 | jul. - ago.

Após admitir que não conseguiria cumprir a meta fiscal do ano, o governo autoriza em seis decretos, sem consultar o Congresso,

Sairia do Banco do Brasil

despesas extras de cerca de R\$ 2,5 bilhões

2015 | out.

Em decisão inédita e unânime, o Tribunal de Contas da União rejeita a prestação de contas de 2014 do governo

2015 | dez.

Dilma cobre despesas obrigatórias de 2015 com o *superavit* primário de 2014, amparada por uma Medida Provisória. Em maio de 2016, a Câmara veta essa prática

Fontes: Caixa, BC e Aos Fatos

ÉPOCA

TAGS

935 DILMA RUSSEFF